

## **ECOTURISMO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL NO PARQUE ESTADUAL DO IBITIPOCA**

**Leandro Martins Fontoura<sup>1</sup>**

### **Resumo**

Os conceitos de ecoturismo, planejamento e sustentabilidade estão sendo utilizados nas mais diversas situações que envolvem a prática do turismo. Representações conceituais diversas exprimem os anseios de abrangência social, econômico e ambiental das práticas ecoturísticas, principalmente em territórios legalmente protegidos, como os Parques Estaduais. A sustentabilidade, perseguida nos mais diversos âmbitos e esferas, se alcançada, somente será atingida com um planejamento específico e direcionado. O presente estudo apresenta o caso do Parque Estadual de Ibitipoca, unidade de conservação aberta à visitação e com alto potencial ecoturístico. Entretanto, a utilização do local, sem o devido planejamento, acarretou consequências impactantes no meio físico, ocasionados pela intensificação do fluxo de turistas nos últimos anos. Dessa forma, percebe-se a importância fundamental do planejamento territorial, ambiental e turístico para que os pressupostos teóricos do ecoturismo sejam efetivamente implementados.

**Palavras-chave: Ecoturismo, planejamento ambiental, sustentabilidade, Ibitipoca.**

### **INTRODUÇÃO**

O crescimento acelerado do turismo nas últimas décadas e seus diferentes impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais têm estimulado a investigação do fenômeno turístico como interesse acadêmico.

O ecoturismo vem despertando especial interesse, pois trata-se de um dos segmentos que tem registrado maior desenvolvimento, por sua interação com questões multidisciplinares como os problemas sócio-ambientais, a conservação de ambientes, a economia, o mercado e as políticas públicas.

Devido às características espaciais, socioeconômicas, culturais e ecológicas brasileiras, as áreas com atrativos naturais se tornam promissoras para o desenvolvimento da atividade turística. As unidades de conservação se destacam neste cenário, demandando

---

<sup>1</sup> Professor Assistente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

um planejamento cuidadoso e criterioso, que respeite os limites do meio natural, os desejos da comunidade receptora e também dos turistas.

Algumas atitudes específicas do planejamento são indispensáveis nos anseios destes objetivos: a busca de investimentos que contemplem as aspirações locais e regionais, a conservação ambiental, a conscientização da sociedade, a educação e a avaliação das possíveis variações endógenas e exógenas identificadas na comunidade.

Ao se levar em consideração os objetivos do planejamento é possível atingir o mínimo de sustentabilidade necessário ao correto desenvolvimento das atividades turísticas, em especial aquelas que são direcionadas ao turismo de natureza e ao ecoturismo.

## **REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO**

### **Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável**

De acordo com SEABRA (2005) ecoturismo é entendido como um segmento turístico que tem a natureza como seu objeto de motivação para o deslocamento de turistas. Entende que o ecoturismo está calcado nos pressupostos de sustentabilidade, cabendo este, portanto, dentro da concepção de turismo sustentável. Acredita-se ainda que a sustentabilidade ecológica e ambiental são componentes da sustentabilidade integral, que se compõe ainda de três outras dimensões: a econômica, a social e a cultural, conceito com o qual este artigo compartilha.

O conceito de desenvolvimento sustentável e o do turismo estão intimamente ligados à sustentabilidade do meio ambiente. O correto é encontrar o equilíbrio entre o interesse econômico, a proteção ao meio ambiente e o respeito à população local. Trata-se de uma tarefa árdua, principalmente porque seu controle depende de critérios subjetivos e de uma política ambiental e turística adequada.

A discussão sobre sustentabilidade e ecoturismo não pode ser feita de forma fragmentada. Deve-se procurar abordar além do aspecto econômico, a inclusão social, o respeito à diferença, a pluralidade cultural, a fragilidade ambiental e os impactos no funcionamento dos ecossistemas.

O Governo Federal através da Embratur define ecoturismo como:

segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações (EMBRATUR, 1994, p.19).

Também podemos encontrar definições que valorizam a relação do ser humano com a natureza, uma das premissas do ecoturismo. Entretanto essas definições não deixam de contemplar a natureza e o desenvolvimento do destino turístico.

Ecoturismo é provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial turístico visando à conservação e ao desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética. (LINDBERG & HAWKING, 2002).

É primordial que esteja bem definida a perspectiva de preservação e sustentabilidade focada no ecoturismo, aliando crescimento e minimização de impactos ambientais.

Ecoturismo é uma das mais prestigiadas modalidades de turismo deste novo período pós-fordista, que coloca em segundo plano o turismo de massa, passando a priorizar a qualidade, o serviço personalizado, flexível e de qualidade (COROLIANO, 2006 p. 38).

O ecoturismo destaca-se no espectro de alternativas ao turismo de massas, incorporando em sua concepção todos os princípios do turismo alternativo e adquirindo identificação própria ao buscar na natureza sua fonte maior de inspiração (PIRES, 2002).

Nas mais diversas concepções de ecoturismo podem-se detectar posturas ambientais semelhantes, que buscam a conservação do patrimônio natural e cultural, sejam elas em áreas naturais ou urbanas.

Rodrigues (1999) acredita que o ecoturismo é um meio de desencorajar atividades mais predatórias, em favor de um turismo mais leve e seletivo, com ênfase na natureza mais preservada ou pouco alterada. Entre outras coisas é visto como um veículo para financiar a conservação e promover o desenvolvimento econômico de áreas deprimidas, beneficiando as comunidades locais.

Percebe-se que a crescente preocupação diante das questões relacionadas aos impactos, sejam eles sócio-econômicos, culturais ou ambientais do turismo irão influenciar a concepção de novas idéias e princípios para a reorientação do turismo praticado em áreas naturais, propondo uma nova ordem onde predominariam a ética, o respeito à natureza e à população autóctone.

Em uma síntese do arcabouço histórico de formação conceitual do ecoturismo, Pires (2002) acredita que o turismo na natureza, ou baseado na natureza:

Além de expressar um tipo de turismo diretamente dependente da presença de uma ambientação natural para seu desenvolvimento, é dotado de um significado abrangente no sentido de abrigar distintos tipos de turismo sob seu enfoque principal, inclusive o ecoturismo (PIRES, 2002, p. 138).

Ziffer (1989) considera que o turismo na natureza, não necessariamente ecologicamente correto, concentra-se na motivação e no comportamento do turista individual. Inversamente, o seria muito mais difícil de praticar, dada a sua abrangência mais ampla, que incluiria planejamento e a realização de projetos sociais.

Ecoturismo é uma forma de turismo inspirada na história natural e cultural de uma área. O ecoturista visita áreas relativamente não desenvolvidas, com espírito de apreciação, participação e sensibilidade. O ecoturista utiliza os recursos naturais e de vida selvagem de forma não predatória e contribui para a área visitada objetivando beneficiar diretamente a conservação do local e o bem-estar econômico dos habitantes (ZIFFER, 1989, p. 6)

Segundo a WWF Brasil (2001) o ecoturismo deve ser visto como um tipo de turismo responsável e pode ser descrito como aquele que é realizado em áreas naturais, sendo controlado e determinado pelas comunidades locais e gerando benefícios, tanto para ela quanto para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade.

Percebe-se que todos os conceitos que envolvem a prática do ecoturismo abordam de alguma forma, a conservação e manutenção das características naturais, a integração da comunidade local e a possibilidade de agregar alternativas econômicas, baseados no modelo conceitual de desenvolvimento sustentável.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Estudo de caso: o Parque Estadual do Ibitipoca – MG**

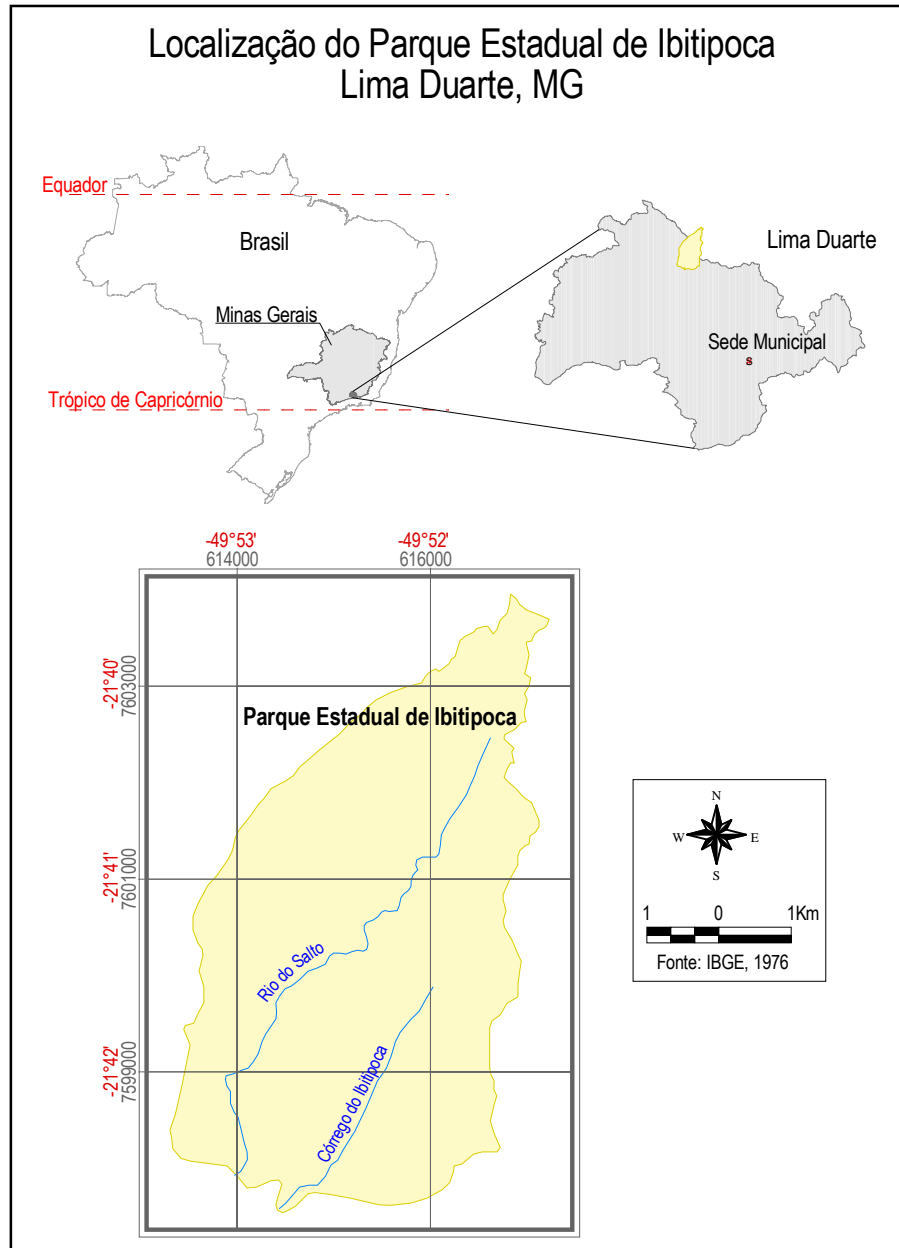
O Parque Estadual do Ibitipoca possui 70% do seu território localizado no município de Lima Duarte e os outros 30% no município de Santa Rita de Ibitipoca, com uma área total de 1.488 ha. Encontra-se entre as coordenadas geográficas 21°40' - 21°44' S e 43°52' - 43°55' W. A criação do parque ocorreu através da lei Estadual 6.126, de 04 de julho de 1973.

O parque encontra-se na parte alta da chamada Serra do Ibitipoca, em altitudes que variam de 1.050 a 1.784 m, está inserido no sistema Geológico Mantiqueira e faz parte do Grupo Andrelândia, Planalto Itatiaia (Mapa 01). Está situado nas mais elevadas cotas de altitude em relação ao seu entorno, tendo suas formas escarpadas, contrastando com os arredores e notando-se a presença de pequenos vales e estreitos *Canyons*, o que confere à hidrografia local uma grande quantidade de pequenas cachoeiras e corredeiras (SILVA & ZAIDAN, 2004).

Em seu território, uma variedade de ambientes se distribui, formando um mosaico de ecossistemas que inclui uma diversidade singular de vegetais e animais. Esse mosaico de unidades de paisagem (geoambientes) gera um ambiente rico de recursos. Dias *et al.* (2002) identifica e caracteriza oito geoambientes para o Parque Estadual do Ibitipoca: Patamares com Espodossolos, Cristas ravinadas, Escarpas, Grotas, Mata Baixa com Candeia, Mata Alta sobre Xisto, Topos Aplainados e Rampas com Vegetação Aberta.

O parque é cortado pelos ribeirões do Salto e Vermelho constituindo-se em um grande divisor de águas, localizado entre as bacias do Rio Grande e do Rio Paraíba do Sul. Em sua encosta oeste, nas proximidades do distrito de Conceição de Ibitipoca, nascem os ribeirões da Conceição, Córrego do Pilar e do Bandeira, todos contribuintes da Bacia do Rio Grande.

A vegetação do parque é um mosaico singular de comunidades constituída por Floresta Atlântica Médio e Altomontana, Cerrados de Altitude e Campos Rupestre do Espinhaço, onde as vegetações predominantes são os campos rupestres, que apresentam grande diversidade florística e a ocorrência de inúmeras espécies endêmicas (SALIMENA, 2000).



**Mapa 01: Localização do Parque Estadual do Ibitipoca, MG.**

Um dos maiores problemas relacionados à intensa visitação nas áreas de campos rupestres, é o desenvolvimento de processos erosivos em trilhas, desmoronamentos, deslizamentos nas encostas e a ação predatória de espécies vegetais com apelo visual, especialmente relacionada à Bromeliaceae, Orchidaceae e Cactaceae. (FORZZA & MONTEIRO, 2004).

A variação dos solos no local ocorre principalmente em função da alteração do material de origem, predominando os solos autóctones, formados a partir da decomposição

das rochas locais, definidos de acordo com Oliveira (1992) e Embrapa (1999) *apud* Silva e Zaidan (2004) como: Neossolos Litólicos, Cambissolos, Neossolos Quartzarênicos, Rochas com Depósitos de Areia e Afloramentos de Rochas. Essa litologia e pedologia conferem ao ambiente um aspecto de fragilidade relacionado à erodibilidade, que foi intensamente agravado em função da utilização desordenada de turistas nas trilhas do Parque.

O parque é a sétima unidade de conservação estadual mais visitada no Brasil, recebendo aproximadamente 35.000 visitantes por ano. A sua infra-estrutura compreende o centro de visitantes, centro administrativo, alojamento para pesquisadores, camping, restaurante, estacionamento, biblioteca, portaria, residência dos administradores e dos guardas florestais, além da sede para equipe de bombeiros.

A Serra do Ibitipoca, especialmente na área do Parque Estadual do Ibitipoca, demonstra através de suas particularidades climáticas, hidrográficas, de fauna e de flora, um imenso potencial de atratividade turística.

Neste contexto, atividades como o turismo ecológico e o turismo rural aumentam significativamente, sobretudo a partir do último decênio do século passado. O incremento e a intensificação das atividades turísticas pode significar, por um prisma, um importante fator de revitalização econômica e social, entretanto, pode também ser o vetor de inúmeras transformações no território, envolvendo invariavelmente novas práticas sociais.

A realidade do local, entretanto não caminhou para um planejamento que buscasse a sustentabilidade ecológica, social e econômica através do turismo. Com isso a exploração turística se intensificou desordenadamente, aumentando visivelmente o fluxo de visitantes, desconsiderando entretanto, as estratégias de planejamento necessárias para a preservação do local.

Neste íterim registra-se aumento no fluxo de visitas no Parque, chegando a receber sazonalmente mais de 35.000 visitantes em um único ano (MMA, 2004). Este crescimento, sem nenhum tipo de organização e planejamento acarreta conseqüências ambientais, sociais e econômicas.

O principal impacto ambiental foi identificado nas trilhas do Parque, que muitas vezes não eram respeitadas pelos turistas, criando trilhas paralelas e acarretando graves conseqüências erosivas, impulsionadas pelo deslocamento do escoamento superficial.

Outro aspecto observado com a intensificação do fluxo de pessoas está relacionado com a retirada de espécies de epífitas (principalmente orquídeas e bromélias), algumas delas endêmicas. Além disso, foi registrado nos anos de maior fluxo, uma alteração do comportamento de indivíduos da espécie *Crysocyon brachyurus* (lobo-guará) da região, que se acostumaram a visitar a área de camping à noite em busca de alimento.

Registra-se ainda problemas de visitação nos atrativos espeleológicos do Parque. Suas grutas e cavernas passam a receber turistas em demasia, que causam perturbações no ecossistema local, principalmente com relação aos morcegos e seus hábitos.

Todas estas conseqüências observadas corroboram a necessidade de planejamento turístico e ambiental para as áreas naturais com potencial de exploração do turismo. Ao listar tais impactos é importante frisar a capacidade do fenômeno turístico em alterar as formas e estruturas espaciais, de recriar redes de relacionamento social, alterar hábitos locais e interferir no meio físico biótico e abiótico.

## **PRINCIPAIS CONCLUSÕES**

No Parque Estadual do Ibitipoca a percepção da necessidade do planejamento ocorreu apenas no final da década de 1990, quando o número de visitantes ainda crescia de forma progressiva e desordenada, culminando, em 2001, em uma portaria do Instituto Estadual de Florestas que determinava a limitação diária do fluxo de turistas e o aumento considerável do valor do ingresso de entrada no Parque; fatores que visavam minimizar a ação antrópica frente aos recursos da unidade de conservação.

Estas medidas foram tomadas no sentido de mitigar os impactos ambientais gerados ao longo dos anos e tentar evitar que a capacidade de suporte da natureza fosse ultrapassada.

Apesar de não ter sido criado um plano de ordenamento territorial ou um plano de manejo, um pacote de medidas pontuais tentou resolver os problemas trazidos com o aumento desordenado de visitantes. Com relação às trilhas, observa-se a construção de canais de drenagem e o fechamento de trilhas paralelas, visando a conservação e/ou a segurança dos turistas.

Este procedimento também foi adotado nas grutas e cavernas de ecossistemas mais frágeis ou que apresentavam algum tipo de risco de desmoronamento, onde a visitação foi



proibida, caso da gruta das bromélias, uma formação quartzítica com três mil metros de extensão.

O ano de 2005 apresentou relevância para se compreender a gênese do ecoturismo e do planejamento ambiental do Parque e seu entorno. Neste período algumas providências foram tomadas, no sentido de buscar o desenvolvimento sustentável e integrado do turismo com a preservação do local.

O primeiro destaque deve ser dado para a parceria firmada entre o Governos do Estado de Minas Gerais e Alemão, por meio do Banco KfW<sup>2</sup>, esse acordo de cooperação financeira resultou na criação do PROMATA, um programa de proteção da Mata Atlântica iniciado em 2003 que contemplou, em Ibitipoca, as reformas das estruturas administrativas, a sinalização e conservação das trilhas e a elaboração de um plano de manejo para o parque.

Outro fato que auxiliou no planejamento turístico e ambiental regional foi a criação da Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente no município de Lima Duarte, onde se localiza o arraial de Conceição de Ibitipoca. Por meio dela pôde-se realizar um melhor planejamento e gerenciamento dos eventos e atrativos locais, através da elaboração do inventário da oferta turística. Além disso, o estabelecimento da secretaria possibilitou uma melhora na gestão do lixo e a captação de verbas para a construção da estrada-parque e de um centro de informações ao turista.

Ainda em 2005, foi aprovada a criação do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Ibitipoca, que auxilia nas decisões sobre o parque e sua zona de amortecimento, no que concerne às políticas de preservação, conservação e ordenamento turístico.

A partir de então, medidas mitigadoras dos impactos causados pelo turismo vêm sendo empregadas com mais frequência, aliadas às tentativas de oferecer maior segurança, conforto e acessibilidade aos turistas. Entretanto, tais medidas não são unânimes no que tange à modificação espacial e ambiental, incitando um debate com relação ao limite entre a instalação de equipamentos voltados turismo dentro do Parque (bancos, escadas, mirantes, etc) e a interferência, descaracterização e conseqüente impacto trazidos por esses novos agentes transformadores da paisagem.

---

<sup>2</sup> Kreditaustalt Für Wienderaufbau

## Imagens do interior do Parque Estadual de Ibitipoca - MG:

**Foto 01: Vista do Mirante do Parque de Ibitipoca**



**Foto 02: Trilha sobre afloramento rochoso**



**Foto 03: Restaurante**



**Foto 04: Lago dos Espelhos**



**Foto 05: Candeias e trilha**



**Foto 06: Prainha**



(Fonte das fotos 01 a 06: pesquisa de campo do autor )

## **7. REFERÊNCIAS**

CORIOLOANO, L.N.M.T. **Bases Conceituais do Desenvolvimento e do Ecoturismo**. In Turismo e Ambiente: Temas Emergentes. Queiroz, O.T.M.M. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

DIAS, H. C. T.; FILHO, E. I. F.; SCHAEFER, C. E. G. R.; FONTES, L. E. F. & VENTORIM, L. B. **Geoambientes do Parque Estadual do Ibitipoca, município de Lima Duarte – MG**. Rev. Árvore, Viçosa – MG, v.26, n.6, p. 777-786, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO – EMBRATUR. Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. 1994.

LINDBERG, kreg, HAWKINS, D.E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 4.ed. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

PIRES, Paulo S. **Dimensões do Ecoturismo**. São Paulo: Editora Senac, 2002

RODELA, L. G. **Cerrados de altitude e campos rupestres do Parque Estadual do Ibitipoca, sudeste e Minas Gerais: distribuição e florística por subfisionomias de vegetação**. Rev. do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo,SP. 12:163-189. 1998.

RODRIGUES, A.B. **Turismo e Ambiente: reflexões e propostas**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SALIMENA, F.R.G. **Ecoturismo x Conservação dos Campos Rupestres**. In: Tópicos atuais em Botânica: Palestras convidadas do 51º Congresso Nacional de Botânica, p. 343-347, 2000.

SEABRA, L. S. **Monitoramento Participativo do Turismo desejável – Proposta metodológica para os estudos de capacidade de suporte turístico**. Tese de doutorado. UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, J.X. & ZAIDAN, R. T. **Geoprocessamento e análise ambiental: aplicações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004

ZIFFER, K. **Ecotourism: The Uneasy Alliance**. Conservation International and Ernst and Young, Washington, DC, 1989.